

"Gramsci de um século ao outro": sua presença no Serviço Social brasileiro

"Gramsci from a century to the next": his presence in Brazilian Social Work

Ivete Simionatto*

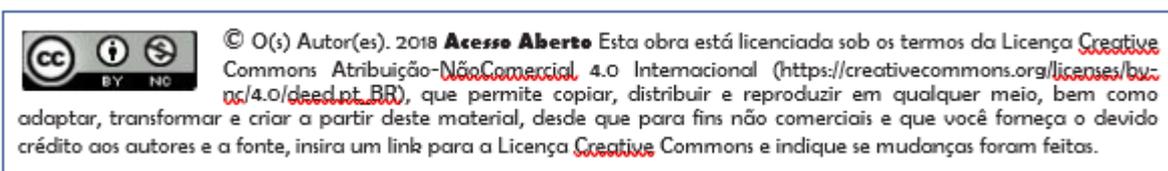
Resumo: O artigo aborda a presença e a apropriação do pensamento de Antonio Gramsci pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, com destaque para os anos 2000. Através de pesquisa bibliográfica, indica os principais conceitos incorporados nas produções da área e a contribuição para a tradutibilidade das ideias do pensador italiano no Brasil e na profissão.

Palavras-chave: Serviço Social, Gramsci, marxismo.

Abstract: The article approaches the presence and appropriation of Antonio Gramsci's thought by Brazilian Social Work in recent decades, particularly on the 2000s. Through bibliographic research, it indicates the main concepts incorporated in the productions of the area and the contribution to the translatability of the ideas of the Italian thinker in Brazil and in the profession.

Keywords: Social Work, Gramsci, Marxism.

Recebido em: 04/05/2021
Aprovado em: 20/05/2021



* Doutora em Serviço Social. Professora aposentada e vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Introdução

Antonio Gramsci, preso em 1926 pelo regime fascista, permaneceu encarcerado até sua morte, em 1937. O pronunciamento proferido pela justiça de Mussolini, de “impedir que este cérebro funcione por 20 anos”, não se concretizou. Desde o início de sua prisão, na longa correspondência que manteve com amigos e familiares, expressa a sua vontade de escrever, deixar a mente viva, ocupar-se “intensa e sistematicamente de alguns temas que me absorvessem e centralizassem minha vida interior” (GRAMSCI, 2005: 58). Contrariando a sentença que lhe fora imputada, e mesmo apartado da vida externa e do mundo, Gramsci escreveu na prisão uma das mais importantes obras do marxismo do século XX, que hoje conhecemos como *Cadernos do cárcere*. As privações e os limites impostos pela vida carcerária, as terríveis condições físicas e psicológicas às quais o sujeitaram resultaram em imensas dificuldades para se concentrar, noites de insônia e ansiedade, sentindo a “própria vida” [...] como enrijecida e paralisada”. Gramsci, no entanto, não esmorece, conforme escreve ao irmão Carlo e à mulher Giulia: “Estou convencido de que quando tudo parece perdido, é preciso voltar tranquilamente ao trabalho, recomeçando do início” e “certamente, eu vou resistir” (GRAMSCI, 2005, p.190; 300). Procurando manter vivo seu espírito criativo e subsistir ao embrutecimento intelectual, físico e psíquico a que fora submetido, o comunista sardo traçou um plano de pesquisa com o propósito de escrever algo *für ewig* (para sempre), centrado não somente nas análises de conjuntura, que marcaram suas reflexões pré-carcerárias, mas na ampliação das discussões teóricas, políticas e sociais voltadas a desvendar as novas determinações do capitalismo monopolista do século XX e suas manifestações na formação social italiana.

A trágica jornada de Gramsci, marcada pelo padecimento, mas, ao mesmo tempo, pela imensa capacidade de obstinação e tenacidade na defesa de suas ideias e no combate ao regime fascista, deve nos servir de constante inspiração e fundamento, particularmente num momento como o em que escrevemos este texto, em meio à maior catástrofe sanitária e econômica vivida em âmbito mundial, estando o Brasil no epicentro das atenções internacionais, com o registro oficial, até agora, de mais de 400 mil mortes provocadas pelo SARS-CoV-2. A tragédia humanitária que vivemos, somada às crises orgânica (econômica, social e política) e ambiental, assinala uma das fases mais regressivas da nossa história, resultado do total descaso de um governo reacionário, neofascista, negacionista, preocupado em travar uma “guerra cultural” para impor uma visão de homem e de mundo que dilui a objetividade das desiguais condições materiais na subjetividade fundamentalista, na indiferenciação de classes, na aceitação da pobreza, da vida e da morte, síntese da necropolítica, traço marcante dos regimes autoritários,

como tão bem caracterizou Achille Mbembe.

A pandemia deixará em todos nós as suas marcas. Exaustos, carregamos os sinais do esgotamento e do desespero, com sofrimentos materiais e psíquicos agravados pelo longo tempo de confinamento, no qual o conformismo e a resiliência mesclam-se à revolta e à impotência. Até quando persistirá esta situação não o sabemos, mas em algum momento, como nos mostra a história, o acirramento das contradições deverá despertar a consciência das massas populares e, no curso das lutas de classe, impulsionar, molecularmente, a reorganização das forças dispersas em um projeto de enfrentamento ao atual estado de coisas. Por isso, este também é um tempo de aglutinar energias e não sucumbir ao derrotismo. Este é um tempo de luta e de resistência e, certamente, Gramsci tem muito a nos dizer para a compreensão dos eventos atuais e as desafiadoras contradições da modernidade. Se o seu pensamento foi de grande relevância em períodos anteriores para conhecer a nossa formação sócio-histórica, nossas revoluções “pelo alto”, a contínua e persistente exclusão dos “de baixo”, as expressões do Estado, da sociedade civil, dos intelectuais, das lutas de classe e dos processos de construção da hegemonia, prossegue nos dias atuais como fonte inspiradora diante da trágica situação em que nos encontramos. Como afirmou Carlos Nelson Coutinho (2006, p.146): “Ele foi o intérprete de um mundo que, em sua essência, continua sendo o nosso mundo hoje”.

Conforme indica a ampla literatura, a obra gramsciana foi introduzida no Brasil, de forma mais sistemática, na metade dos anos 1960, e mesmo com a interrupção, causada pela radicalização da ditadura militar, em 1980, como declarou Coutinho, Gramsci já havia se tornado um “cidadão brasileiro”, ou seja, àquela altura o marxista italiano já fazia parte de nossa cultura, integrando o arcabouço teórico de várias áreas do conhecimento, especialmente das Ciências Humanas e Sociais. O Serviço Social não esteve fora deste debate, conforme expressa a significativa literatura publicada dos anos 1980 aos dias atuais. Além de referenciado nas produções intelectuais, está presente nos currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação e como recorrência destacada em teses de doutorado e dissertações de mestrado, atestando que seu legado persiste suscitando curiosidade e interesse, estimulando interrogações do passado, dos acontecimentos do presente e das situações desafiadoras que marcam a realidade atual.

O objetivo do artigo é indicar a presença das ideias de Gramsci na área do Serviço Social reconhecidas nas principais produções, as indicações teóricas, as mediações com a particularidade das ações profissionais, os avanços e os desafios nestes tempos de desqualificação do marxismo e, acima de tudo, do pensamento gramsciano. Não tem o propósito de apresentar um mapa das produções elaboradas ao longo de mais de quatro décadas, o que foge ao escopo deste espaço. Não iremos nos deter, portanto, nesta ou naquela interpretação,

mas no conjunto de produções, que se traduz num “capital cultural e científico” coletivo e que, de diversos modos, têm aportado novos elementos para pensar a profissão e a realidade contemporânea. Trata-se de indicar como o Serviço Social, a seu modo, contribuiu e vem contribuindo para a apropriação e a tradutibilidade das ideias gramscianas no Brasil e na profissão.

Um breve itinerário

A introdução das ideias de Gramsci no âmbito do Serviço Social tem como marco o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, através dos cursos de pós-graduação, demarcando um momento fundamental na busca de rompimento com o tradicionalismo profissional. O questionamento das bases teóricas, políticas e ideológicas do estrutural-funcionalismo e da fenomenologia, hegemônicos na profissão, encontrou suporte no pensamento de Gramsci para pensar a realidade brasileira, as questões específicas da área, alavancar a renovação e a revisão de seus referenciais teóricos e de suas mediações com as ações políticas e prático-interventivas. Categorias como Estado, sociedade civil, sociedade política, hegemonia, intelectuais, filosofia da práxis, classes subalternas, nacional-popular, revolução passiva, entre outras, permitiram ao Serviço Social interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações relativas não somente à esfera econômica, mas também política, ideológica e cultural (YAZBEK, 2009). As primeiras gerações de pesquisadores, a partir de seus trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da pós-graduação nesse período, possuem o inegável mérito de introduzir um pensador marxista, revolucionário e comunista no Serviço Social, buscando em sua obra conceitos fundamentais para repensar os fundamentos teórico-metodológicos e sua vinculação a um projeto de transformação social em um contexto histórico e político complexo, cerceado pela ditadura militar. Tal perspectiva, compreendida na relação dialética entre estrutura e superestrutura, buscava também distanciar-se das posições reducionistas do economicismo e do marxismo vulgar, originários especialmente da Segunda Internacional, que vicejavam no debate acadêmico e político da época (CARVALHO, 1983). Problema crucial do materialismo histórico, a relação entre estrutura e superestrutura constituiu-se, para Gramsci, no fio condutor para ler a realidade em toda a sua complexidade, sem jamais separar economia e política, cultura e necessidades sociais. É justamente a ótica da totalidade que fornece as ferramentas interpretativas para pensar a transformação social não restrita à esfera econômica, mas também em suas dimensões cultural, política e ideológica, conforme Gramsci argumenta ao longo da sua obra.

A presença de Gramsci no Serviço Social se amplia na década de 1980, com conquistas importantes na discussão teórico-metodológica, com a implantação do currículo de 1982, na direção social da formação e da prática profissionais, afirmadas na disputa da hegemonia com o conservadorismo e o pragmatismo, mas também na atuação e na organização política da categoria. A inovadora contribuição de Gramsci ao marxismo, através da filosofia da práxis, impulsionou o aprofundamento dos estudos sobre o método crítico dialético, a imprescindível unidade entre teoria e prática, entre pensamento e ação (ABREU; CARDOSO, 1989). Defendida por Gramsci como instrumento de combate ao positivismo e suas incrustações no marxismo, a filosofia da práxis configura-se como uma teoria da ação-político cultural necessária para apreender e, ao mesmo tempo, reorganizar o mundo em busca da sua transformação.

Dos anos 1990 aos dias atuais, é possível constatar uma notável ampliação do interesse do Serviço Social pelo pensamento de Gramsci expressa em suas produções teóricas publicadas em livros, capítulos de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos (teses de doutorado e dissertações de mestrado), trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Os conceitos gramscianos são tomados tanto para compreender o movimento geral da sociedade, os projetos societários em disputa, as expressões do Estado e da sociedade civil, o papel e a função dos intelectuais na construção da hegemonia e como chaves analíticas ao desvendamento das diversas expressões da “questão social” e suas refrações na particularidade da profissão. Se é fato, contudo, que Gramsci e seu conjunto categorial estão cada vez mais presentes nas discussões do Serviço Social, as abordagens ou “*Los usos de Gramsci*”, remetendo à expressão de Portantiero, aparecem também de forma indireta e difusa, indicando ainda um “flerte” com o marxista italiano. Dentre as dificuldades mais evidentes, desponta a complexidade da obra gramsciana, composta por um conjunto de notas carcerárias que, se lidas isoladamente, não revelam o fio condutor perseguido por Gramsci na tessitura de seu pensamento, seu método de trabalho e a contextualização do ambiente político e cultural com que está dialogando. Mesmo considerando encontrarmos-nos no campo da tradutibilidade de um pensamento científico-filosófico para uma área profissional, não se pode renunciar ao rigor com que a obra deve ser estudada, evitando incorrer em interpretações redutoras de um pensador em cujas páginas história, filosofia e política, estrutura e superestrutura são dimensões inseparáveis.

Os desdobramentos dos anos 1990 aos anos 2000, com o fortalecimento e a consolidação da pós-graduação, a aprovação das diretrizes curriculares e o projeto ético-

político, impulsionaram fecundos estudos sobre Gramsci e a tradição marxista em um momento de influxo do marxismo nos debates acadêmico e político. Especialmente nos anos 2000, a publicação da nova edição dos Cadernos do cárcere, dos Escritos políticos, das Cartas do cárcere¹ e a tradução do Dicionário gramsciano (1926-1937)² para o português marcam um salto qualitativo no aprofundamento dos estudos, tanto do ponto de vista da ação política quanto de pesquisas filológicas, necessárias para compreender e percorrer o “laboratório gramsciano”. A socialização da obra do pensador italiano também ganhou novo impulso com a criação, em 2015, da *International Gramsci Society (IGS)* – seção brasileira, que tem buscado divulgar o pensamento de Gramsci, promover debates sobre temas de natureza política, cultural, intelectual, histórica e sociológica e congregar pesquisadores de diferentes áreas, fomentando a formação de novos grupos de pesquisa.

No universo das produções do Serviço Social ao longo dos anos 2000, pode-se constatar a ampliação do diálogo com o arcabouço conceitual gramsciano em termos quantitativos e qualitativos³, com investigações tanto da produção pré-carcerária⁴ quanto dos Cadernos do cárcere. Além disso, os estudos que vêm sendo desenvolvidos indicam uma fase promissora de aprofundamento das ideias do pensador italiano, a partir de uma nova geração de pesquisadores que recorrem às fontes originais, como a edição crítica italiana dos Cadernos do cárcere de Valentino Gerratana, de conceituados intérpretes estrangeiros traduzidos no Brasil, a criação e a ampliação de grupos de pesquisa no interior dos programas de pós-graduação, possibilitando a interlocução com diversas áreas do conhecimento.

Um breve balanço dessas quatro décadas da presença e assimilação de Gramsci pelo Serviço Social permite asseverar que a apropriação individual dos pesquisadores ou de grupos de pesquisa tem proporcionado a construção de um “capital cultural científico” coletivo, contribuindo com elementos teóricos inovadores para “uma interpretação mais robusta, mais fundamentada, mais experimentada”, a partir da agregação de novas chaves de leitura, temas e fontes de estudo (GOMES, 2017: 92), que contribuem para ampliar o acervo de conhecimentos na especificidade profissional e de outras áreas, pois

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente

¹ Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Marco Aurelio Nogueira e Luis Sérgio Hentiques.

² Organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza e traduzido por Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis.

³ Cf. trabalhos Negri (2017) e SILVA (2018).

⁴ Os principais textos referenciados são os publicados no *L’Ordine Nuovo* como Sindicatos e conselhos (1919), Democracia operária (1919), Democracia e fascismo (1924), O movimento turinense dos conselhos de fábrica (1920) e alguns temas da questão meridional (1926).

verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, *CC* 1999: 96; *Q*, 1977: 1378).

Se os conceitos gramscianos fundamentaram a compreensão sobre a formação sócio-histórica brasileira, a realidade social, cultural e política, as expressões do Estado e da sociedade civil, a movimentação das classes sociais em diferentes conjunturas, se foram essenciais ao enfrentamento do conservadorismo que historicamente marcou a profissão, seguem de extrema relevância na compreensão da atual crise econômica, moral e política, no combate às posturas antimarxistas, anti-intelectuais e neoconservadoras que grassam nos meios acadêmico e profissional e que tendem ao retrocesso das conquistas do projeto ético-político profissional e de seus princípios emancipatórios.

Tendências teórico-interpretativas e os conceitos predominantes na produção do Serviço Social: avanços, continuidades e desafios

As incursões pela literatura produzida do final dos anos 1970 aos dias atuais permitem asseverar a contínua presença do pensamento de Gramsci nas produções elaboradas na área do Serviço Social, denotando um processo de aprofundamento teórico e conceitual. As categorias Estado, sociedade civil, hegemonia, intelectual orgânico, filosofia da práxis, já presentes nas primeiras aproximações, prosseguiram como eixo central nos períodos posteriores, em conexão a outros temas, como classes subalternas, revolução passiva, guerra de movimento, guerra de posição, bloco histórico, relações de força, vontade coletiva, transformismo, americanismo e fordismo, crise de hegemonia, crise orgânica, fascismo, para mencionar os principais. Tais conceitos são abordados tanto do ponto de vista teórico quanto analítico, para a apreensão dos processos macrosociais, da conformação dos Estados nacionais, com destaque para a particularidade brasileira em diferentes conjunturas, das políticas e direitos sociais, do mundo do trabalho, dos fundamentos do Serviço Social e do fazer profissional.

O tema do Estado ganha centralidade nas produções, compreendido em seu sentido integral ou ampliado, como “o resultado das relações orgânicas entre [...] sociedade política e ‘sociedade civil’”, a primeira referente ao “Estado-coerção”, formado pelos aparelhos de repressão e violência, e a segunda pelos “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, as organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias (GRAMSCI, *CC*, 2002: 139; *Q*, 1977: 2.288). Nas indicações de Liguori (2003: 174), Gramsci “é o autor que melhor apreendeu, no campo marxista, a nova relação entre Estado e sociedade que se realiza na modernidade do século XX, seja sob a forma do Estado fascista ou do keynesiano, do Estado bolchevique ou do Estado socialdemocrata”, o que corresponde às diversas expressões de sua

“ampliação”. Em sua análise, Gramsci combate a concepção reducionista e instrumentalista de Estado disseminada pelas interpretações do marxismo vulgar, recuperando as relações entre estrutura e superestrutura e seu caráter classista. Se o “Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo” (GRAMSCI, *CC*, 2000: 41; *Q*, 1977: 1.584), não é apenas reflexo do mundo econômico, senão atravessado por inúmeros fatores da economia e da política, das lutas das classes em presença do contexto nacional e internacional.

O Estado, na concepção de Gramsci, não pode, portanto, ser reduzido à mera vontade dos dominantes, não é tão somente um aparelho burocrático-coercitivo, mas resultado de elementos sociais e políticos, de iniciativas privadas, da relação entre economia (infraestrutura) e política (superestrutura), da correlação de forças, das relações sociais de produção e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Tal concepção de Estado é mediação fundamental para compreender as políticas sociais, demarcando seu caráter contraditório, dado que não representam somente um instrumento da burguesia para se legitimar no poder e obter o consenso dos dominados, mas também espaços de embates na garantia de direitos e demandas das classes subalternas (CORREIA, 2004; TEIXEIRA, 2006).

Na elaboração gramsciana, o conceito de sociedade civil, designado pelo conjunto dos “aparelhos privados da hegemonia” (Igreja, escolas, sindicatos, organização da cultura em geral, meios de comunicação, partidos etc.), não está apartado do Estado e corresponde ao lugar de confronto de projetos de classe e de disputa da hegemonia. Não representa, portanto, o lugar idílico, homogêneo e apolítico, um terceiro setor situado para “além do Estado e do mercado”, vinculado ao “associacionismo voluntário” e às “virtudes cívicas”, consoante à ótica neoliberal que pautou as reformas realizadas ao longo dos anos 1990 e incrementadas na atualidade. Esta concepção é objeto de análises críticas nas produções do Serviço Social, demarcando, além da despolitização, “deseconomização” e polissemia do conceito, os inúmeros sentidos que lhe são atribuídos na realidade contemporânea, vinculados tanto às tendências de esquerda, pós-modernas, da direita neoliberal, dos organismos internacionais e agências multilaterais (AMARAL, 2002, 2008; SIMIONATTO, 2004; ALMEIDA, 2004, 2008). A contraposição a tais perspectivas é buscada no entendimento da sociedade civil em sentido gramsciano, esfera “em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe” (DURIGUETTO, 2007).

Uma das grandes tendências presente nas produções do Serviço Social é a utilização do conceito de sociedade civil como chave analítica para pensar a democracia participativa e o

controle social, a exemplo dos conselhos de direitos e de políticas públicas, mecanismos institucionais de participação e de fiscalização das ações estatais e espaços de trabalho dos assistentes sociais. Os conselhos gestores, considerados importantes “trincheiras” na “disputa da hegemonia” (CAVALCANTE, 2008), remetem ao conceito gramsciano de sociedade civil [...] como espaço de luta organizada e articulada das classes subalternas”, que congregam forças à construção de um projeto “contra-hegemônico” (DURIGUETTO, 2008: 99). Destacam-se os trabalhos sobre os conselhos de saúde, de assistência social, criança e adolescente e espaços diversos, como as conferências realizadas nos três níveis de governo, fóruns da saúde, da cidade, do orçamento participativo (BRAVO; CORREIA, 2012; SILVA, 2013; LUSA, 2018), evidenciando a capacidade organizativa da sociedade civil em intervir, interagir e pressionar o grupo no poder na definição e na elaboração das políticas sociais. Enquanto novas institucionalidades das ações públicas, os conselhos “são instâncias em que se refratam interesses contraditórios e, portanto, espaços de lutas e disputas políticas” (IAMAMOTO, 2007: 198).

Outro conjunto de reflexões tem como eixo analítico a concepção de sociedade civil gramsciana vinculada aos movimentos sociais e ao trabalho de organização e mobilização popular (LOLE, 2012). Embora em menor expressão, tal temática coloca-se como um dos desafios à área na produção de conhecimentos e na sistematização de experiências relativas às instituições político-sociais, como sindicatos e partidos políticos (DURIGUETTO & BALDI, 2012; DURIGUETTO, 2014), cujo fim é dar unidade às demandas particulares e aglutinar os interesses comuns da classe, tendo como horizonte a construção de projetos coletivos. As ações profissionais não se confundem com a militância política, mas o conhecimento das estratégias, as formas de organização e de luta das diversas organizações de base das classes subalternas (conselhos locais, de bairro, de grupos específicos etc.) e sua vinculação ao movimento geral das lutas de classes é o que permite, em sentido gramsciano, contribuir para a superação da consciência egoístico-passional e corporativa e para a construção de um projeto nacional-popular (BEZERRA, 2006).

As apreensões dos conceitos de Estado e de sociedade civil em Gramsci presentes nas produções do Serviço Social evidenciam o cuidado com o resgate teórico a partir das fontes originais, sem descurar do nexos teórico-político nas análises sobre a realidade brasileira e suas mediações com a particularidade da profissão. Não obstante os avanços alcançados nessa trajetória, muitas questões ainda são bastante desafiadoras, merecendo registro para pesquisas futuras: a) a concepção de Estado integral em Gramsci, entendido como unidade/distinção entre

sociedade política e sociedade civil, não reduzindo esta última à esfera autônoma do Estado nem identificando Estado e governo em suas expressões conjunturais; b) compreensão da sociedade civil na unidade das relações estrutura-superestrutura, economia e política; c) contraposição à ideia da luta pela hegemonia a formas organizativas particulares onde se desenvolvem as ações profissionais, deslocada da luta de classes, reafirmando-a como espaço de preparação e aprendizado, fundamental à construção da vontade coletiva e da grande política; d) análise da tendência de compreender a sociedade civil como espaços democráticos, não violentos e não coercitivos, o que anula a perspectiva gramsciana das relações desiguais. Conforme expressa Buttigieg (1999), isso não significa considerar Gramsci antidemocrático, mas, justamente, destacar sua contribuição no desvendamento dos limites dos sistemas democráticos burgueses modernos.

A concepção do Estado (sociedade política e sociedade civil) remete a sua relação orgânica com os conceitos de hegemonia, intelectuais, ideologia e classes subalternas. Nas produções do Serviço Social, o conceito de hegemonia é tomado como critério analítico na compreensão dos projetos macrosociedade, na análise da realidade brasileira e de espaços político-institucionais, como também das particularidades da profissão e sua direção social hegemônica marxista, construída no âmbito do projeto ético-político. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009; MARRO, 2006: 212). Tal direção remete ao entendimento do Serviço Social como um “intérprete da hegemonia”, sendo que a condição hegemônica do projeto ético-político só pode ser pensada a partir das elaborações de seus intelectuais e da conexão orgânica entre Serviço Social e história (ADRIANO, 2020).

Do ponto de vista teórico, as produções recorrem aos múltiplos sentidos conferidos à hegemonia por Gramsci nos Cadernos: como “critério histórico-político”, como direção e domínio, direção e hegemonia, como sinônimo de direção política, “às vezes unida, às vezes contraposta a de domínio e coerção” (COSPITO, 2004: 89). A dupla perspectiva: [...] “da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal” (GRAMSCI, CC, 2000: 33 e Q, 1977: 1.576), refere-se às duas naturezas do poder político coexistentes no tempo e no espaço, expressando a movimentação das classes sociais. Gramsci aposta, contudo, na construção do consenso ativo junto às massas, com vistas a ganhar sua adesão em torno de um projeto universalizante, construído coletivamente.

O terreno onde se constrói a hegemonia é a sociedade civil; seu exercício, porém, também ocorre na sociedade política, ou seja, na esfera do Estado, através dos poderes, do

parlamento, da magistratura, da polícia, do governo. Pensando na relação entre estrutura e superestrutura à hegemonia civil ou política, Gramsci agrega também um sentido político-cultural (COSPITO, 2004). É nesta direção que se localiza boa parte das abordagens do Serviço Social na compreensão da hegemonia como "reforma intelectual e moral". Esta, contudo, não está desvinculada de uma reforma econômica, conforme indaga Gramsci (CC, 2000: 19, Q, 1977: 1.561): "pode haver reforma cultural, evolução civil das camadas mais baixas da sociedade sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico?". Mantém-se, aqui, a compreensão da hegemonia enquanto totalidade, a unificação da estrutura e da superestrutura, da atividade de produção e de cultura, do particular econômico e do universal político. Se a luta pela hegemonia se articula nas "trincheiras e casamatas" do Estado ampliado ou integral, o papel e a função dos intelectuais na mediação entre as classes e o Estado adquirem centralidade nas reflexões gramscianas. Tanto os intelectuais orgânicos como os intelectuais tradicionais expressam os interesses das classes a que estão vinculados e desempenham um trabalho decisivo na disputa da hegemonia, na preparação ideológica, na elaboração de modos de pensar (AMMANN, 1980), "nos processos de formação de uma consciência crítica e de construção de uma concepção de mundo unitária e coerente" (DURIGUETTO, 2014: 275).

Nas trilhas de Gramsci, a construção de uma nova hegemonia está relacionada ao "contato entre os intelectuais e os simples, não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa" (GRAMSCI, CC, 1999: 103; Q, 1977: 1.383). Da situação de subalternidade pode-se sair quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, da natureza das hierarquias sociais, quando se elabora uma nova concepção de economia, de política, de Estado e de sociedade capaz de provocar a desarticulação da ideologia dominante. Nesse sentido, a hegemonia também se coloca num novo campo de lutas, de alianças, de construção/desconstrução de saberes e experiências, pois, antes de tudo, "toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica" (GRAMSCI, CC, 1999: 399; Q, 1977: 1.331). Hegemonia é, assim, de um lado, vontade coletiva, e, de outro, autogoverno; e esse último se alcança através de um trabalho "de baixo", que incorpora o singular ao coletivo e que, nesse processo, não mantém os grupos subalternos no plano inferior, mas os eleva, torna-os mais capazes de dominar as situações, confere-lhes uma maior universalidade, o que significa, para Gramsci, a realização de uma "reforma intelectual e moral".

Tal como analisou Gramsci, a elevação cultural das massas assume importância decisiva

a fim de que se possam libertar da pressão ideológica das velhas classes dirigentes, elevar-se à condição destas últimas para tornar-se Estado. A batalha cultural apresenta-se, pois, como elemento basilar no processo de construção da hegemonia, da conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas (MOTA, 1995; SIMIONATTO, 1995; IAMAMOTO, 2001; ABREU, 2002; DURIGUETTO, 2007). Exercitá-la consiste, também, na capacidade dos intelectuais e do partido político na formação de uma nova concepção de mundo, de uma proposta transformadora de sociedade a partir "de baixo", fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical, que "envolva toda a vida do povo e coloque cada um, brutalmente, diante da própria responsabilidade inderrogável" (GRAMSCI, *Q*, 1977: 816).

Os assistentes sociais, ao trabalharem com as múltiplas expressões da questão social no atendimento às diversas camadas da classe trabalhadora, em resposta às suas necessidades objetivas e subjetivas, atuam no âmbito do Estado e da sociedade civil, no esclarecimento da população quanto a seus direitos e as formas de acessá-los. Inscreve-se nesse campo a função pedagógica do Serviço Social, como elemento fundamental e necessário à "organização/reorganização da cultura na luta pela hegemonia", o compromisso ético-político e a competência teórico-metodológica para o desvendamento da realidade, a mediação com os processos estruturais e suas expressões conjunturais, a fim de construir respostas mais qualificadas às demandas e à potencialização das ações profissionais (LOPES, ABREU; CARDOSO, 2014; ABREU, 2018).

Nesse eixo, destacam-se as reflexões sobre o tema das classes e grupos subalternos, com maior expressividade a partir dos anos 1990 (ALMEIDA, 1990; YAZBEK, 1993, 2016; CARDOSO, 1995), em articulação com os conceitos de Estado, sociedade civil, hegemonia, ideologia e intelectuais. As mediações buscadas no pensamento de Gramsci iluminam os estudos do Serviço Social sobre as condições de vida materiais e espirituais das classes subalternas e as consequentes formas de subalternidade a que são submetidas historicamente na realidade brasileira. Aprofundar o conhecimento sobre esse campo para onde se dirigem as ações profissionais, conhecer os valores, a cultura, o modo de pensar, a desagregação e o conformismo, mas igualmente as lutas e os impulsos de resistência das classes subalternas, constituem-se em vasto e relevante campo de pesquisa cujo conhecimento produzido torna-se fundamento da ação política e da prática profissional. Trabalhos de natureza filológica despontam no estudo dos conceitos de classes e de grupos subalternos, contribuindo para o aprimoramento teórico e os diversos sentidos que Gramsci lhes atribui ao longo de sua obra (TOLEDO, 2013; SIQUEIRA, 2020).

Inúmeros trabalhos elaborados por assistentes sociais fundamentados no léxico gramsciano não foram aqui contemplados, pelos limites próprios de um breve artigo. É necessário reconhecer, contudo, os inequívocos avanços e as novas veredas interpretativas presentes em produções acadêmicas não publicados ou socializadas que permanecem desconhecidas para a grande maioria dos pesquisadores e profissionais, e acabam por cair no esquecimento. Retomando as reflexões de Gomes (2017), tais produções, embora invisíveis para muitos, revelam o investimento dos orientadores e dos grupos de pesquisa na construção do conhecimento e na formação de novos pesquisadores, sendo este o caminho a seguir a despeito dos drásticos cortes orçamentários na política de Ciência e Tecnologia e a reiterada desqualificação da ciência e da educação, especialmente nas universidades públicas, atingindo diretamente os cursos de pós-graduação, o que significa um retrocesso sem precedentes na história brasileira e na produção da pesquisa nacional.

Considerações finais: Gramsci e o Serviço Social – um permanente tema de pesquisa

O acúmulo de conhecimentos revelado na produção teórica do Serviço Social a partir do pensamento gramsciano, ao longo de quatro décadas, embora não abordado aqui em sua totalidade, revela uma inegável ampliação de estudos e pesquisas que incidem na qualificação teórica, cultural e política e no alargamento do diálogo com outras áreas do conhecimento, especialmente no âmbito das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas. Na grande maioria dos trabalhos, o pensamento de Gramsci é vinculado à ação política, mote perseguido pelo marxista italiano ao longo de suas reflexões. A ação política, contudo, não se desvincula da elaboração teórica, o que vem se revelando no interesse por estudos de natureza filológica. Nessa direção, são procedentes as observações de Guido Liguori (2012), no alerta de que a contextualização histórica e filológica necessita de interlocução teórica e política, unindo a seriedade do estudo e, ao mesmo tempo, a redução da distância entre os “intelectuais” e o “povo”.

No conjunto dos temas abordados, arriscamos indicar alguns dos conceitos gramscianos que retornam hoje ao centro dos debates, a exemplo do conceito de Estado integral e sua mediação com as políticas sociais (sociedade política e sociedade civil). A crise econômica das últimas décadas, agravada a partir de 2008, é potencializada pela crise sanitária em nível global e, no Brasil, pela grave crise política vivenciada desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Vale lembrar que a Emenda Complementar nº 95, de 2016, estabeleceu um novo regime fiscal, com o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, impactando drasticamente as políticas e programas sociais em todas as áreas, ampliando-se a presença do Estado a serviço do grande

capital internacional, dos fundos financeiros especuladores dos títulos da dívida pública, das empresas industriais europeias e norte-americanas e seguradoras e diversos segmentos de capitalistas nacionais vinculados ao capital estrangeiro (BOITO, 2018). Reafirma-se inadiável a contribuição intelectual, através de estudos acerca das lutas por políticas sociais que assegurem as condições de sobrevivência de grande parte da população, em situação de pobreza absoluta, em contraponto às expressões do Estado contemporâneo, dominado pelo capital financeiro e pelo sistema mundial imperialista (CARVALHO, 2020), em que as lógicas neoliberais e privatizantes vêm atestando sua ineficácia no atendimento às necessidades humanas básicas através do mercado. A supressão de direitos e a redução drástica das políticas sociais, em nome de uma crise que atinge todas as classes, sem distinção, têm sido o mote governamental para reduzir ainda mais a oferta de serviços públicos e ampliar o processo de acumulação capitalista. As novas requisições da presença do Estado frente ao desmonte dos sistemas públicos de proteção social e das políticas sociais, especialmente de saúde, educação, previdência e assistência social, apontam para a urgência de pesquisas voltadas a investigar os modos com que as políticas de austeridade neoliberais e ultraneoliberais aumentaram drasticamente a desigualdade, tornando o fundo público um campo de abusiva lucratividade para o capital.

Retomar a questão do Estado é também retomar as relações entre sociedade política e sociedade civil. Nas produções mencionadas, destacam-se os estudos sobre a sociedade civil como espaço contraditório de luta de classes, com maior incidência nas formas organizativas das classes subalternas. São ainda incipientes as reflexões sobre os aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa e de seus intelectuais, que atuam na condução da dinâmica do Estado nas diferentes esferas (economia, educação, saúde, políticas sociais em geral), os quais, embora presentes na realidade brasileira desde a Velha República, ganham destaque nos anos 1990 e anos 2000, com forte vinculação aos segmentos populares através do voluntariado, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das organizações empresariais (RIBEIRO, 2020). Compreender e decifrar as expressões da sociedade civil na atual conjuntura é um dos temas desafiadores que Gramsci nos inspira para pensar a reconfiguração da luta de classes e as possibilidades de rearticulação dos movimentos das massas populares.

A luta pela hegemonia é também para Gramsci, uma luta de ideologias (LIGUORI, 2007), tema em foco nos estudos do Serviço Social e suas expressões em vários períodos históricos (AMMANN, 1982; DURIGUETTO, 2019; SIMIONATTO; SILVA, 2020). Ao longo de sua obra, Gramsci dedica-se à compreensão e ao desvendamento da hegemonia burguesa e sua inaudita capacidade na organização da produção e na disseminação e difusão de sua visão de

mundo. A classe burguesa, em cada época histórica, produz e distribui suas ideias através de “um complexo formidável de trincheiras e fortificações”, materializadas nos “aparelhos privados de hegemonia”, cuja função é articular o consenso das massas e sua adesão à concepção de mundo do grupo dominante. Se, à época de Gramsci, no estudo da organização da cultura a imprensa destacava-se como “a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica”, na atualidade os novos meios de comunicação, especialmente midiáticos, emergem como agentes centrais na disputa da hegemonia, com destaque para as grandes corporações da mídia empresarial, que, além da propriedade dos meios de produção, detêm as tecnologias e os instrumentos para organizar, difundir suas ideias e sua concepção de mundo (FERREIRA, 2018).

À luz dos conceitos gramscianos, os estudos referentes à esfera da cultura e da ideologia são absolutamente fundamentais (DURIGUETTO; BALDI, 2019) para compreender a visão de homem e de mundo que vem se formando a partir da cruzada ideológica travada em torno da “guerra cultural” e do neoconservadorismo reacionário, expressos na defesa de extensa pauta conservadora nos costumes, especialmente em temas relativos ao aborto, ao papel da mulher e da família, aos valores religiosos, à pretensa eliminação da ideologia no processo educacional, às relações internacionais, aos direitos humanos, à negação da ciência, sustentáculos do projeto econômico e político do atual grupo no poder. Para Gramsci, é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe como única, como superstição. E quando o Estado quer criar o consenso em torno de uma “ação pouco popular” [...], cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (GRAMSCI, CC, 2000: 265; Q, 1977: 914). Gramsci analisa como a classe burguesa coloca a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico, e o Estado torna-se, assim, o grande ‘educador’”. Investigar as formas atuais de como o Estado burguês “educa o consenso”, de forma ativa ou passiva, através dos aparelhos privados de hegemonia e dos aparelhos coercitivos, como vem realizando a sua “reforma intelectual e moral”, desestruturando as classes subalternas, que assumem essa visão de mundo como se fosse sua, como uma religião a seguir, onde se mesclam elementos do folclore, do senso comum e das religiões, constitui-se em instigante e necessário objeto de pesquisa.

Ao longo de sua obra, Gramsci dedicou-se à compreensão e ao desvendamento da hegemonia burguesa e sua extraordinária capacidade na organização da produção, da cultura e das novas determinações do capitalismo no século XX, expressas em regimes autoritários como

o fascismo, à derrota do movimento operário, mas igualmente às possibilidades de enfrentamento da crise através de um processo revolucionário. Seu legado torna-se, assim, uma ferramenta imprescindível para compreender as contradições históricas contemporâneas, o retorno de pulsões fascistas, dos nacionalismos populistas e autoritários, dos regimes democráticos liberais e suas formas de representação, fornecendo-nos pistas valiosas para apreender a atual crise econômica, política, ética e moral e suas reverberações no modo de ser das classes dominantes e das classes subalternas, com o acirramento das condições de subalternização potencializadas nestes tempos mórbidos e obscuros. Parafraseando José Paulo Netto, podemos afirmar que o pensamento de Gramsci é quase compulsório para compreender a dinâmica da atual ordem capitalista e pensar os desafios postos ao Serviço Social nesse contexto, buscando em seu legado inspirações não somente para “pensar o velho”, mas também o “novo” que irrompe na história e na política.

Referências

- ABREU, M. M. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, 2018.
- ABREU, M.M. A dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, n. 79, São Paulo: Cortez, 2004.
- ABREU, M. M.. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____; LOPES, J. B.; CARDOSO, F. G. O caráter Pedagógico da Intervenção Profissional e sua relação com as Lutas Sociais. Maria Lucia DURIGUETTO, M. L; ABRAMIDES. M. B. (Org.). *Movimentos sociais e Serviço Social - uma relação necessária*. 1ªed.São Paulo: Cortez, 2014.
- _____; CARDOSO, F. G. Metodologia do Serviço Social - a práxis como base conceitual. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n.3, p. 1989.
- ADRIANO, A. L. *Hegemonia e serviço social: significações ético-políticas do projeto profissional em debate*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de JANEIRO. Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), 2020.
- ALMEIDA, B. L. F. *As práticas do Serviço Social: afirmação ou superação da subalternidade*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de estudos Pós-graduados em Serviço Social, São Paulo, 1990.
- ALMEIDA, E. *A Re-significação do Conceito de Sociedade Civil a partir dos Anos 70: uma análise crítica sobre a “nova” sociedade civil*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 96, Nov. 2008.
- AMMANN, S. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.
- AMARAL, A. S. *A categoria Sociedade Civil na tradição liberal e marxista*. MOTA, A. E. (org.). *O mito da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Crise Capitalista e o “Atualização” das Práticas Sociais*. *Revista Temporalis*, Brasília/DF: ABEPSS, n. 6, 2002.
- BEZERRA, C. S. *Globalização e cultura: Caminhos e descaminhos para o nacional-popular*

- na era da Globalização. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), 2006.
- BOITO, A. Reforma e crise política no Brasil. São Paulo: UNESP, 2018.
- BRAVO, M. I. S.; CORREIA, V. C. Desafios do Controle Social na Atualidade. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 109, jan./mar. 2012.
- BUTTIGIEG, J. Sulla categoria gramsciana di “subalterno”. BARATTA, G.; LIGUORI, G. (Org.) Gramsci da un secolo all’altro. Roma, Editori Riuniti, 1999.
- CABRAL, E. A Participação da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: possibilidades e limites. ANAIS. XIII ENPESS, Juiz de Fora. ABEPSS, 2012.
- CARVALHO, A. M. P. A questão da transformação e o trabalho social. São Paulo: Cortez, 1983.
- CARVALHO, L. Curto-circuito. O vírus e a volta do Estado. Edição Kindle, 2020.
- CARSOSO, F. Organização das classes subalternas: um desafio ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.
- CAVALCANTE, M. Conselho de Saúde e a Socialização da Política de Saúde. ENPESS. XI, 2008, São Luís/MA: ABEPSS, Anais, 2008.
- CORREIA, V. A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 77, mar. 2004.
- COSPITO, G. Hegemonia. FROSINI, F.; LIGUORI, G. Le parole di Gramsci. Roma, Carocci, 2004.
- COUTINHO, C. N. Il pensiero politico di Gramsci. Edizioni Unicopli, Milano, 2006.
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. ARAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L.(Orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez 2014.
- _____. Ofensiva Capitalista, Despolitização e Politização dos Conflitos de Classe. Revista Temporalis, Brasília/DF: ABEPSS, n. 16, 2008.
- _____. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- _____. Sociedade Civil, esfera Pública, terceiro Setor: a dança dos conceitos. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 81, Mar. 2005.
- _____.; BALDI, L. A. P. Gramsci e a questão da ideologia na formação da hegemonia. II Conferência Gramsci, Marx e marxismo (II CGRAM). São Luiz, 2019.
- _____.; BALDI, L. A. P. Serviço Social, Mobilização e organização Popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Katálysis, Florianópolis: UFSC, v. 15, n. 2, Jul./Dez., 2012.
- FERREIRA, F. D. Mídia e poder político: a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney no Maranhão. Tese (Doutorado em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.
- GOMES, J. M. A apropriação de Gramsci na pesquisa em educação no Brasil (1976-2012). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), São Carlos, 2017.
- GRAMSCI, A. Cartas do cárcere. Trad. E organização de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: O Risorgimento: Notas sobre a história da Itália. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v.05, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: Maquiavel notas sobre o estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v. 03, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto

- Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v. 01, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. Quaderni del cárcere. Edizione crítica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. V. Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIGUORI, G. Gramsci conteso. Editori Riuniti, Roma: 2012.
- _____. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LOLE, A., PEREIRA, DIAS A. V., PAIVA, M. J. de; GOMES, R. L. R. Produção bibliográfica de Gramsci no Brasil: uma análise preliminar. Revista hegemonia e práxis popular. Disponível em <http://igsbrasil.org/praxis/edicao-1/producao-bibliografica-de-gramsci-no-brasil/>. Acesso em 20 de abril de 2021.
- LOPES, J. B; ABREU, M. M; CARDOSO, F. G. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. ARAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L.(Orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez 2014.
- LUZA E. Lutas sociais frente às contrarreformas na política de saúde: análise a partir do Fórum catarinense em defesa do SUS e contra as privatizações. Tese de doutorado. Programa de Pós- graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Florianópolis, 2018.
- MARRO, K. I. Reflexiones preliminares sobre el problema de la hegemonía em el proyecto ético-político del Trabajo Social. Revistas Katálysis. Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, Jul./Dez. 2006.
- MOTA, A. E. Cultura da Crise e Seguridade Social. São Paulo: Cortez, 1995.
- NEGRI, F. O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- PEREIRA, M. S; MARANHÃO, C. Gramsci Antípoda de Marx ou Não? ANAIS ENPESS, IX, 2004, ABEPSS: Porto Alegre. 2004.
- RAMOS, F. P. A morte banalizada em mecanismos de concretização burocrática das políticas públicas. A Terra é Redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-thanatos-bolsonaro-e-a-raiz-totalitaria/>. Acesso 23/04/2021.
- RIBEIRO, I. R. Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018. Tese de doutorado. departamento de serviço social – ser programa de pós-graduação em política social da Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2020.
- SILVA, A. X. da. Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da reforma sanitária brasileira. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2013.
- SILVA, S. A. da. A produção do conhecimento no serviço social brasileiro a partir de Antonio Gramsci: um estudo dos Programas de Pós-graduação na área do serviço social (2010-2015). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.
- SIMIONATTO, I. Sociedade civil e lutas sociais na América Latina: entre a harmonização das classes e as estratégias de resistência. BOSCHETTI, I. et al (Org.). Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Katálysis, Florianópolis: UFSC, v. 12, n1, Jan./jun. 2009.

- _____. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Cortez Editora, 1999.
- _____, I SILVA, S. A Ideologia e Hegemonia em Gramsci: notas sobre a realidade brasileira. Revista Ammentu, Edizioni di Cagliari: Cagliari, v. 1, 2020.
- SIQUEIRA, M. H. Os conceitos de classes e grupos subalternos em Gramsci: uma revisão de literatura a partir de Joseph Buttigieg e Guido Liguori. II Conferência Gramsci, Marx e Marxismo (II CGRAM), São Luiz, 2020.
- _____; SIMIONATTO, I. Os conceitos de classes e grupos subalternos em Gramsci: uma revisão de literatura a partir de Joseph Buttigieg e Guido Liguori. II Conferência Gramsci, Marx e marxismo (II CGRAM). São Luiz, 2019.
- TEIXEIRA, A. P. Previdência social no Brasil: da revolução passiva à contra-reforma. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), 2006.
- TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O Projeto Ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD/Unb, 2009.
- TOLEDO, A. F. de. A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2013.
- YAZBEK, C. O significado sócio-histórico da profissão. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD e UnB, 2009.
- _____. Classes subalternas e assistência social. São Paulo Cortez, 1993.